

Identidade e sistemas conceituais*

Identity and Conceptual Systems

Kherian Gracher^{†‡}

Resumo

Será a identidade fundamental para todos os sistemas conceituais? Neste artigo pretendo apresentar razões contra a alegação que todo sistema conceitual pressuponha a noção de identidade. Para tratar deste debate analisarei as posições de Bueno (2014, 2017) e Krause e Arenhart (2015). Enquanto Bueno defende que a identidade é requerida para todos os sistemas conceituais, Krause e Arenhart apresentam uma série de objeções contra tal tese, defendendo assim que a identidade não é fundamental. Pretendo mostrar que as principais objeções apresentadas por Krause e Arenhart não afetam a teoria de Bueno por conta de uma má interpretação da tese deste. Por fim, apresentarei algumas objeções contra Bueno que, espero eu, não errem o alvo.

Palavras-chave: identidade - sistemas conceituais - indiscernibilidade - metafísica - filosofia da lógica

Abstract

Is identity fundamental to every conceptual system? In this article I intend to present reasons against the claim that every conceptual system presupposes the notion of identity. To address this debate I analyze the positions of Bueno (2014; 2017) and Krause and Arenhart (2015). While Bueno argues that identity is necessary for all conceptual systems, Krause and Arenhart present a series of objections against such position, thus defending that identity is not fundamental. I intend to show that the main objections presented by Krause and Arenhart do not affect Bueno's theory because of a misinterpretation of his arguments. Finally, I will present some objections against Bueno that, hopefully, does not miss the target.

Keywords: identity - conceptual systems - indiscernibility - metaphysics - philosophy of logic

* Recebido: 29 de maio de 2018. Aceito com revisões: 14 de setembro de 2018.

† Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Para contatar o autor, por favor escrever para: kherian@gmail.com.

‡ Agradeço a Décio Krause, Jonas Arenhart, Otávio Bueno, Newton da Costa, Luiz Helvécio, Raoni W. Arroyo, Lauro de Matos, Joanne Flausino, Felix Pinheiro e Paola Villa pelas diversas discussões e sugestões.

Metatheoria 9(2)(2019): 61-68. ISSN 1853-2322. eISSN 1853-2330.

© Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Publicado en la República Argentina.

1. Introdução

Se nos fosse exigido listar algumas noções gerais, perenes na literatura filosófica, a noção de identidade não poderia ser esquecida. Falamos sobre a identidade e diferença de objetos à nossa volta, bem como de nós mesmos. Supomos que existe uma identidade entre quem fomos ontem e quem somos hoje, tal como supomos sempre sermos iguais a nós mesmos. Mas ao passo que pensamos sobre essa noção, diversos problemas aparecem. O que é a identidade? O que faz as entidades serem diferentes?¹ Quando dizemos que x é idêntico a y , o que essa relação de fato significa?

A identidade, por parecer tão básica em nosso sistema conceitual, pode nos fazer perguntar se ela não seria uma noção fundamental para todo e qualquer sistema conceitual.² Estamos justificados em dar esse passo? Ou, de outro modo, podem haver sistemas conceituais que não pressuponham a relação de identidade, seja entre as entidades de seu domínio de aplicação, seja entre os próprios conceitos empregados? Esse será o problema que iremos tratar aqui. Será a identidade fundamental para os sistemas conceituais? De modo geral, quem defende que a identidade é um componente básico para todo sistema conceitual, geralmente o faz por conta de duas intuições gerais.

- (A) Os conceitos serviriam para demarcar (ou limitar) os objetos de nosso discurso, sendo argumentável, portanto, que a prática conceitual pressupõe que as entidades que recaem sob os conceitos devem preservar a identidade. Ao utilizarmos um conceito, nós determinamos e distinguimos os objetos aos quais aplicamos um dado conceito (ou aqueles que recaem sob o conceito) daqueles que o conceito não é aplicável (ou aqueles que não recaem sob o conceito).
- (B) Além disso, nos sistemas conceituais nós relacionamos conceitos, distinguindo-os ou identificando-os. Sabemos, por exemplo, que o conceito de cavalo é diferente do conceito de triângulo – e a noção de diferença, aqui, é o mesmo que não-idêntico. Caso um sistema conceitual seja completamente livre de relações de identidade (ou diferença), então não poderíamos afirmar quando conceitos são diferentes ou, até mesmo, quando estamos aplicando o mesmo conceito em diferentes situações. As duas intuições anteriores podem fazer com que alguém defenda a fundamentalidade da identidade para sistemas conceituais.

2. Será a identidade fundamental para sistemas conceituais?

Entre os que defendem a identidade como componente básico para todo sistema conceitual está Otávio Bueno (2014, 2017); por outro lado, Décio Krause e Jonas Arenhart (2015) defendem que a identidade não é fundamental de tal maneira, podendo um sistema conceitual eliminar o conceito de identidade. Vejamos a posição de Bueno.

A característica mais básica dos conceitos é demarcar certas coisas de outras, traçar uma linha entre aquelas coisas que recaem sob um conceito daquelas que não [recaem] [...] (Bueno 2014, p. 325, trad. nossa)

Conceitos agrupam coisas: aqueles que recaem sob o mesmo conceito, em contraste daqueles que não. Para aplicar um conceito, a identidade dos objetos não necessita ser assumida, mas a identidade dos conceitos é requerida. De modo contrário, não é claro se os objetos sob consideração recaem sob a

¹ Note que a noção intuitiva de identidade e diferença parecem ser interdefiníveis, sendo diferença o mesmo que não-idêntico, seguindo, portanto, que: x é idêntico a y se, e somente se, é falso que x é diferente de y .

² Tomaremos a noção de *sistema conceitual* como primitiva. De modo geral, podemos compreender um sistema como um grupo de partes (ou entidades) que se relacionam; uma interação regular ou um grupo interdependente de itens que formam um todo unificado (System 2015). Um conceito, por outro lado, pode ser compreendido como os constituintes do pensamento (ou proposições) (Margolis & Laurence 2014). Estas duas caracterizações evocam problemas filosóficos. No entanto, podemos entender intuitivamente um sistema conceitual como um conjunto de conceitos que se inter-relacionam, formando um corpo que visa ser coerente e cujo uso nos permite descrever os objetos de nossa investigação e, através deles, possamos transmitir informações.

extensão ou a anti-extensão dos conceitos. É crucial determinar que é o mesmo conceito ao invés de algum outro, diferente dele, que é considerado. Conceitos são os mesmos quando eles codificam as mesmas propriedades. (Deste modo nós estamos lidando aqui com uma noção intencional dos conceitos [...]). (Bueno 2017, p. 93, trad. nossa)

Diferente do que a primeira análise oferecida por Krause e Arenhart (2015), Bueno não defende (ao menos nesse ponto) a intuição (A) anterior, i.e., que os objetos sob análise devam ter identidade para estarem na extensão de um conceito. O ponto defendido por Bueno reside na intuição (B), que a aplicação correta de conceitos pressupõe uma relação de identidade (ou diferença) entre os próprios conceitos.³ Não pretendo aqui remontar todo o debate levado entre Bueno, Krause e Arenhart. Portanto, será mais interessante para nosso propósito atual ressaltar algumas teses gerais e importantes que Bueno assume. Após isso partiremos para a análise de algumas objeções contra a tese de Bueno.

2.1. Teses centrais da posição de Bueno

Podemos ressaltar três teses importantes e gerais assumidas pela posição de Bueno.

- (1) Recusa de uma análise extensional dos conceitos (Bueno 2017, p. 94-95). Ou seja, um conceito não é definido por sua extensão, mas por sua intensão (ou significado).⁴ Bueno utiliza de um exemplo clássico nessa discussão. Tome os conceitos de criaturas com rim e criaturas com coração. Toda criatura com rim é uma criatura com coração, portanto esses dois conceitos abarcam a mesma extensão. Se a extensão de um conceito é aquilo que o determina, então o conceito criaturas com rim é idêntico ao conceito criaturas com coração. Mas esse não parece ser o caso. Se aceitarmos que temos dois conceitos distintos, então sua diferença não é determinada por suas extensões. É argumentável, deste modo, que um conceito é determinado por sua intensão – ou significado.⁵
- (2) Mesmo que os conceitos sejam determinados por sua intensão, os objetos recaem ou não sob sua extensão de acordo com as características que eles têm. Isso parece se seguir de dois pontos defendidos por Bueno. A relação de recair sob um conceito é uma forma de predicação, cuja contraparte metafísica depende do fato dos objetos terem certas propriedades (Bueno 2014, p. 326). Além disso, tal tese parece se seguir da abordagem de individualidade que Bueno assume (Bueno 2014, p. 326, 2017, p. 98). De acordo com ele, uma condição necessária para algo ser um indivíduo é que ele seja distinguido de outras coisas. Essa condição de distinguibilidade, como Bueno afirma, pode ser interpretada ontologicamente ou epistemicamente (Bueno 2017, p. 98). Ontologicamente significa que indivíduos são aquele tipo de coisas que têm características que os distinguem; epistemicamente, alguém pode usar tais características para distinguir tanto um indivíduo de outro, como também de outras coisas.⁶ Se minha interpretação está correta, então as características que as entidades têm (sejam elas distinguidoras ou não) é o que determina recaírem ou não sob um conceito. Por exemplo, a característica que o livro à minha frente tem de ter a cor azul é o que permite ele recair sob o conceito de objeto azul. Portanto, o que determina a extensão de um conceito é um critério metafísico, de um objeto ter ou não as características que satisfazem o conceito; por outro lado, os próprios conceitos são construções epistêmicas, determinados por seus significados – como apontado em (1).

³ Devemos ressaltar que a análise oferecida por Krause e Arenhart, em “Is Identity Really So Fundamental?” (2015), se baseia no artigo “Why Identity is Fundamental” de Bueno (2014). Nesse artigo, Bueno expôs sua tese de modo que permitiu uma dupla interpretação por parte de Krause e Arenhart, tendo eles afirmado que Bueno defende tanto uma intuição (A) quanto (B). Todavia, Bueno esclareceu este ponto no artigo “Identity in Physics and Elsewhere” (2017), deixando claro que sua tese defende apenas (B). No presente trabalho, portanto, iremos nos restringir apenas a discussão quanto a essa tese.

⁴ Que é a abordagem usual, desenvolvida sobre uma Teoria Clássica de Conjuntos (e.g., ZF) onde conceitos são compreendidos como conjuntos que, por sua vez, são determinados por seus elementos. Tais teorias são também chamadas de “Teorias Extensionais de Conjuntos”. Ver Enderton (1977) e Suppes (1960).

⁵ Uma nota importante, apontada por Fitting (2015, trad. nossa) é: “Tipicamente um contexto que é intensional pode ser reconhecido pela falha da substitutividade da igualdade quando é ingenuamente aplicada. [...] Nós não devemos fazer uso da igualdade de extensões em um contexto intensional e, um contexto intensional é aquele em que tal substitutividade não funciona.”

⁶ Note que tanto a interpretação ontológica quanto a epistêmica pressupõem que os indivíduos têm características distinguidoras.

(3) Conceitos precisam suportar uma relação apropriada com o mundo (Bueno 2014, p. 326). Ou seja, dado um certo conceito, esperamos que esse conceito descreva, de algum modo, um fato do mundo. Obviamente, nem sempre temos sucesso ao conceitualizarmos, i.e., por vezes formulamos conceitos que não conseguem capturar corretamente nenhum aspecto da realidade. Um exemplo quanto a isso é o conceito de Flogisto, oferecido pelo químico e médico alemão do século XVII, Georg Ernst Stahl, cujo significado era matéria liberada ao ar durante os processos de combustão (material orgânico) ou de calcinação (metais). Apenas com a descoberta acidental do oxigênio, feita por Joseph Priestley no século XVIII, a teoria do flogisto foi derrocada.⁷ Todavia, mesmo que haja casos como este, nós esperamos que os conceitos consigam ter essa relação apropriada com o mundo – uma vez que, de acordo com (2), são as características que as entidades têm que determinam elas fazerem ou não parte da extensão de um conceito.

2.2. Objeções

Antes de apresentarmos algumas objeções contra Bueno, devemos notar que as principais objeções feitas por Krause e Arenhart (2015) acerca do tópico em questão (viz., identidade e sistemas conceituais) partem de dois problemas. Primeiro, como dito anteriormente, eles analisaram a tese de Bueno (2014) como se esse defendesse tanto a intuição (A), que precisamos assumir a identidade dos objetos sob os quais conceitualizamos, quanto a intuição (B), que os próprios conceitos precisam ter identidade. Todavia, Bueno (2017) deixa claro que sua posição se centra apenas na tese (B).⁸ Se nos restringirmos apenas às objeções apresentadas por Krause e Arenhart quanto a tese (B), veremos que esses autores interpretam a posição de Bueno como se esse assumisse uma teoria extensional dos conceitos (i.e., que a identidade ou diferença dos conceitos dependem de sua extensão) – posição essa que Bueno também rejeita (2017, p. 95-96).⁹ Tendo isso em vista, formularei objeções contra Bueno que se centrem na tese (B) e que assumam uma teoria intensional dos conceitos.

2.3. Objeção antecipada

Bueno (2014, p. 326) antecipou a seguinte objeção. Um sistema conceitual não é componente de uma teoria metafísica, de modo que não parece razoável aceitar a identidade como fundamental (ainda que esta seja fundamental para sistemas conceituais). Bueno responde a essa objeção afirmando que a prática metafísica requer conceitos que suportem uma relação apropriada com o mundo, haja visto que uma característica fundamental das teorias metafísicas é descrever aquilo que chamamos de “realidade”. Portanto, se precisamos da identidade para formular conceitos (dada a natureza desses), e desde que conceitos são requeridos para sistemas metafísicos, então a própria metafísica requer identidade (e a realidade também).

Considero esta objeção antecipada por Bueno fraca para seus propósitos, podendo assim reformulá-la da seguinte maneira. Um sistema conceitual não é um componente ontológico fundamental da realidade, de modo que não parece razoável aceitar a identidade como uma característica fundamental da realidade (ainda que assumamos sua fundamentalidade para sistemas conceituais). A ideia desta objeção é que sistemas conceituais são sistemas representacionais, i.e., de

⁷ Este exemplo serve, também, como um problema para a teoria extensional. Uma vez que *Flogisto* não tem referente (i.e., não existe um objeto que satisfaça tal conceito), então a extensão do conceito *Flogisto* é vazia. Do mesmo modo, o conceito de *Éter* (ou *meio material que permeia todo o espaço e serve para propagar a luz*) também tem extensão vazia. Sendo ambos os conceitos com extensão vazia, de acordo com a teoria extensional, *Flogisto* e *Éter* seriam o mesmo conceito.

⁸ “[...] a questão aqui *não* é a identidade dos objetos, mas sim, como observado acima, o fato que a aplicação de conceitos requer que conceitos tenham condições de identidade, de modo que coisas que recaem sob o *mesmo* conceito sejam juntamente agrupados” (Bueno 2017, p. 96, trad. nossa).

⁹ Note que Krause e Arenhart (2015, p. 7-8) apresentaram duas principais objeções contra a interpretação (B) da tese de Bueno (2014). A primeira analisa diretamente a tese de Bueno como se esse assumisse uma teoria extensional dos conceitos. Bueno, em “Why Identity is Fundamental” (2014), não deixou claro que assumia uma interpretação intensional dos conceitos – o que só veio a fazer em “Identity in Physics and Elsewhere” (2017), motivado pelas objeções. Na mesma passagem onde Krause e Arenhart argumentam contra a interpretação (B) de Bueno, os autores afirmam que uma teoria intensional dos conceitos enfrenta “dificuldades notórias” sem, contudo, as citar. Já a segunda objeção que os autores fizeram a Bueno recai a uma discussão sobre *Teoria dos Tropos*. Todavia, não pretendo aqui entrar em detalhes quanto a essa última objeção.

como nós (seres humanos) caracterizamos a realidade. Mas isso não tem implicações metafísicas diretas, uma vez que há casos de conceitos que não têm a chamada “relação apropriada com o mundo” (e.g., o conceito de Flogisto). Por outro lado, pensemos no seguinte exemplo: se fossemos incapazes de enxergar objetos triangulares e, por conta disso, não fossemos capazes de criar um sistema conceitual capaz de lidar com triângulos, isso não significa que não há objetos triangulares na realidade. Assim, ainda que aceitemos que a identidade seja fundamental para sistemas conceituais (o que é questionável, como veremos), isso, *prima facie*, não tem implicações ontológicas relevantes. Devemos ressaltar que esta reformulação não é atacada pela resposta oferecida por Bueno.

2.4. Posição metafísica de Bueno

Bueno deixa claro sua posição empirista, afirmando que podemos até considerar a identidade como uma “idealização útil”, sem termos uma carga metafísica quanto a essa noção.¹⁰ Todavia, a ideia que conceitos devam suportar uma relação apropriada com o mundo desempenha um papel metafísico relevante aqui. Pois, se a relação apropriada depende de capturar corretamente os objetos sob análise, e tais objetos recaem ou não sob um conceito se tiverem as características descritas pelo conceito (e a existência de tais características é um pressuposto metafísico), então a relação apropriada depende de critérios metafísicos. Uma vez que para Bueno a identidade é fundamental, é de se esperar que o conceito de identidade tenha uma relação apropriada com o mundo.¹¹ Se esse for o caso, então os objetos que satisfazem esse conceito precisam ter características tais que os permitem ter identidade (ou recaírem sob tal conceito). Portanto, ao assumir (1), (2) e (3), não é claro como Bueno poderia assumir uma posição instrumentalista da identidade – tal como sugere.

Uma resposta possível de Bueno seria afirmar que a noção de relação apropriada com o mundo não tem implicações metafísicas, assumindo que essa própria noção é instrumentalista – ou seja, ter um suporte apropriado é ser útil ou funcional. Contudo, a utilidade de um conceito deveria depender da sua capacidade de capturar adequadamente a extensão pretendida. Isso seria uma condição mínima que esperamos que conceitos tenham. Poderíamos chamar tal condição de “condição de adequação”: todos os objetos com uma certa característica, descrita por um conceito, devem recair sob a extensão do mesmo; e nenhum objeto que não tenha tal característica deve fazer parte da extensão desse conceito. Parece razoável aceitarmos que esta característica é, no mínimo, necessária para a funcionalidade de um conceito. Pois, de outro modo, é difícil compreendermos porque um conceito seria útil se ele não consegue capturar a extensão que, supostamente, deveria capturar.¹² Veja bem, se a extensão do conceito de cavalo contiver também objetos como pedras ou pessoas, não diríamos que tal conceito é útil (ou funcional), pois não satisfaz a condição de adequação. Portanto, retornamos ao ponto: se a utilidade ou funcionalidade depender da adequação (e os objetos se adequam ou não a um conceito em virtude das características que eles têm), então o conceito de identidade, se for útil (ou funcional), não poderá ser apenas uma idealização – pois o conceito de identidade pressupõe que os objetos de sua extensão tenham (metafisicamente) identidade.

¹⁰ “[...] a pressuposição que os objetos em questão tenham identidade é uma idealização útil, que simplifica enormemente nossa estrutura [framework] conceitual e nos permite fazer predições razoáveis sobre o comportamento desses objetos, independentemente do fato dos objetos em questão exibirem as condições de identidade relevantes. Isso permite alguém adotar uma postura adequadamente empirista quanto a identidade, sem ter de tomar a identidade em qualquer modo metafisicamente substancial” (Bueno 2014, p. 331, trad. nossa). “Note que a fundamentalidade da identidade não necessita ser entendida em termos de *condições de possibilidade* para a aplicação de conceitos, ou da caracterização de indivíduos, ou quantificação. Fundamentalidade não é compreendida aqui como uma noção metafisicamente substancial” (Bueno 2017, p. 104, trad. nossa).

¹¹ Assumirei no presente texto que a identidade é um conceito. Bueno, no começo de seu artigo, afirma não se comprometer com a afirmação que a identidade é um conceito lógico, metafísico ou pragmático (Bueno 2017, p. 94). Contudo, ao final do texto ele afirma nem mesmo se comprometer se a identidade é um conceito ou não (Bueno 2017, p. 104). Ao meu ver não parece razoável afirmarmos que a identidade não é um conceito – pois, no final das contas, estamos fazendo uma análise conceitual em nossa discussão. Qual tipo (ou natureza) esse conceito tem, isso é matéria para outro debate. O ponto é que, seja lá qual for sua natureza, a identidade é um conceito que parece desempenhar um papel importante.

¹² Como sugere Arenhart (comunicação pessoal), esse argumento poderia ser caracterizado como um tipo de *Argumento Sem Milagre* aplicado a conceitos.

2.5. Incomensurabilidade conceitual

Analisemos agora a primeira tese da teoria de Bueno, i.e., (1) recusa de uma teoria extensional em prol de uma teoria intensional dos conceitos. Em face das objeções que a teoria extensional enfrenta, é inegável que uma teoria intensional preserva algumas intuições que temos. Todavia, será ela a melhor solução? Como vimos, de acordo com uma interpretação intensional, os conceitos dependem de seus significados. Por sua vez, os significados também são expressos em termos de conceitos. Portanto, se o significado de um conceito depende de outros conceitos (e de seus significados), então os conceitos dependerão do sistema conceitual no qual se inserem. Ou seja, conceitos são compreendidos pelo sistema conceitual que é empregado (e não por sua extensão).¹³

Tomemos dois sistemas conceituais, S_1 e S_2 . Um conceito X dependerá do sistema conceitual no qual é empregado, de modo que podemos qualificar um conceito como o X^{S_1} do sistema S_1 e o X^{S_2} do sistema S_2 . Podemos obter agora um argumento de incomensurabilidade: não podemos comparar os conceitos X^{S_1} e X^{S_2} a não ser que: (A) analisemos esses conceitos extensionalmente; (B) tenhamos um outro sistema conceitual que englobe tanto o sistema S_1 quanto S_2 – que seria, digamos, um sistema S_3 . Bueno recusa (A) uma teoria extensional dos conceitos. É fácil percebermos que (B) pode nos levar a um regresso ao infinito, uma vez que basta encontrarmos um sistema S_4 e compararmos seus conceitos com os conceitos de S_3 – o que exigirá um novo sistema conceitual e assim por diante.

Bueno afirma que a identidade é fundamental para *todos* os sistemas conceituais. Perguntemos, pois, qual identidade? Como ele pode dizer que a identidade de um sistema conceitual é *a mesma* identidade utilizada em outro sistema? O próprio conceito de identidade depende do seu significado em um dado sistema conceitual. Podemos oferecer uma rota alternativa às opções (A) e (B) anteriores: (C) Há um sistema conceitual primitivo, sobre o qual criamos outros sistemas conceituais – um S que sobre ele construímos S_1, S_2, \dots, S_n . Mas agora teremos novos problemas. O que garante a existência desse sistema conceitual primitivo? O que garante que não há outro sistema S' que nos permite recriar o argumento da incomensurabilidade? Pois tanto S e S' seriam primitivos e, uma vez que são primitivos, não conseguiríamos diferenciá-los – a não ser que haja agora um outro sistema conceitual, etc. Por que devemos assumir que esse sistema mantém uma *relação apropriada* com o mundo? E, por fim, qual o significado do conceito de identidade (que seria expresso em termos de outros conceitos também primitivos)?

Talvez supor a existência de todo um sistema conceitual primitivo seja muito forte. Façamos uma restrição, portanto: (C') há alguns conceitos primitivos. Ou seja, tais conceitos (entre eles o conceito de identidade) seriam tais que não podemos expressar um conjunto de significados que os caracterizem – o que os tornam independentes de um sistema conceitual específico. Mesmo com (C') nós continuamos encontrando problemas. Se não há um conjunto de significados que capture a identidade, como sabemos se a cada utilização da identidade (ou diferença) nós estamos usando o *mesmo* conceito primitivo? Além do mais, se a identidade é primitiva e não há um conjunto de significados atribuídos a ela, como sabemos se não estamos usando uma noção de *indiscernibilidade* ao invés da identidade?

2.6. Subdeterminação de conceitos

Vejamos agora os pontos (2) e (3) da teoria de Bueno, ou seja, que (2) as entidades são individuais por terem características que as distinguem e que (3) conceitos precisam suportar uma relação apropriada com o mundo. Como dito, Bueno afirma que a condição (2) pode ser interpretada tanto ontologicamente como epistemicamente. A interpretação epistêmica seria que nós utilizamos tais

¹³ Uma objeção clássica à teoria intensional é o argumento da Terra Gêmea (Putnam 1975). Tenta-se mostrar com esse argumento que se aceitarmos uma teoria intensional dos conceitos, então podemos pensar que o conjunto de significados para o conceito de água, no mundo atual, pode ser o mesmo conjunto de significados para o conceito de água em um outro mundo possível, chamado de “terra gêmea”. A terra gêmea seria indiscernível do mundo atual, exceto no que compete a composição do líquido que chamamos de “água”. Enquanto que no mundo atual a extensão do conceito de água seria o composto H_2O , na terra gêmea a extensão do conceito de água seria um outro composto, XYZ . Esse seria um caso de conceitos intensionalmente idênticos, mas extensionalmente diferentes. Não pretendo me deter neste argumento, que já foi cuidadosamente desenvolvido na literatura. Para mais, ver Jacob (2014) e Teixeira (2003).

características das entidades para distingui-las. Por exemplo, digamos que observamos um livro azul e um livro amarelo. Ontologicamente, ambos teriam a característica de *ser livro*, mas um teria a característica de *ser azul* e o outro de *ser amarelo*. Seriam essas (entre outras) características que nos permitem os distinguir – tomado aqui como um processo epistêmico. Mas como expressamos essas características em termos epistêmicos? Parece razoável que será através de conceitos. Ou seja, a distinguibilidade epistêmica pressupõe, assim, que tenhamos um conceito de *livro*, de *azul* e de *amarelo*. Haja visto o que dissemos sobre o ponto (1), esses conceitos dependerão do seu significado no sistema conceitual que estamos empregando. O problema agora é que podemos aplicar um argumento de subdeterminação: dado certo conjunto de observações, podemos oferecer diversos sistemas conceituais que lidem com tais observações e, portanto, distinga os objetos de modo diferente (obtendo os mesmos resultados).

Suponha que estamos observando os objetos O_1, O_2 e O_3 . Dado um sistema conceitual S_1 e dois conceitos, X^{S_1} e Y^{S_1} , dado que aquilo que determina um conceito é seu significado (que depende, como vimos, do sistema conceitual empregado – no caso, S_1), a extensão de X^{S_1} pode conter O_1 e O_2 , e a extensão de Y^{S_1} conter apenas O_3 . Todavia, dado um outro sistema conceitual, S_2 , e outros dois conceitos, X^{S_2} e Y^{S_2} , a extensão de X^{S_2} poderá conter também O_1 e O_2 enquanto que a extensão de Y^{S_2} apenas O_3 . Se é apenas o significado que determina o conceito, e haja vista que X^{S_1} e Y^{S_1} dependem de S_1 e X^{S_2} e Y^{S_2} dependem de S_2 , o conceito X^{S_1} será diferente de X^{S_2} – tal como os conceitos Y^{S_1} e Y^{S_2} – ainda que tenham as mesmas extensões. O problema que encontramos será: qual sistema conceitual devemos usar? Qual caracterizará corretamente os objetos? Se Bueno, baseado na tese (3), afirmar que será aquele sistema que tenha conceitos com relações apropriadas com o mundo, ele estará pressupondo que temos acesso direto a realidade e que há observações *neutras* quanto a sistemas conceituais. Além disso, se a observação da realidade que irá determinar qual sistema conceitual é o mais adequado, então retornamos a uma posição extensional, onde a extensão – e não a intensão – que, de algum modo, determina os conceitos que devemos utilizar.

Uma continuação deste argumento pode avançar do seguinte modo. Assuma que em um dado sistema conceitual o Princípio da Identidade dos Indiscerníveis não seja preservado.¹⁴ Portanto, vemos que nos sistemas conceituais que a indiscernibilidade não *colapsa* na identidade, através de uma análise extensional, o conjunto de objetos que preservam a indiscernibilidade será diferente do conjunto de objetos que preservam a identidade (pois há objetos que são indiscerníveis e que não são idênticos). Agora enfrentaremos um problema. Dado um sistema conceitual onde o princípio da Identidade dos Indiscerníveis é preservado, e outro no qual tal princípio não é preservado, qual sistema conceitual melhor “captura” (ou mantém relações apropriadas com) a realidade? De acordo com o argumento da subdeterminação, como não há observações neutras a sistemas conceituais, os dois estão *em pé de igualdade*. Além do mais, haja visto o argumento da incomensurabilidade, Bueno não terá como determinar que os conceitos de identidade assumidos em ambos os sistemas são, de fato, *os mesmos*.

Note que existe uma tensão entre as teses (1), (2) e (3). Se o argumento de subdeterminação é, de fato, um desafio para a posição de Bueno, então não há observações *neutras* – pois sempre pressupomos um sistema conceitual para fazermos nossas observações.

Isso trará dificuldades para com a tese (2), pois ou (a) a própria individualidade dependerá do modo como conceitualizamos o mundo, ou (b) Bueno terá de assumir um realismo no qual os objetos são indivíduos ou não, mesmo se a individualidade deles não for captada por qualquer sistema conceitual. Se assumirmos (a), nada impedirá que tenhamos indivíduos sem identidade, pois isso dependerá do sistema conceitual empregado – como propõe French & Krause (2006). Por outro lado, (b) assume uma realidade inacessível, e nada nos garante que indivíduos precisam ou não manter relações de identidade.

¹⁴ O Princípio da Identidade dos Indiscerníveis pode ser intuitivamente compreendido como: Se x e y são indiscerníveis (i.e., têm as mesmas características ou propriedades), então x é idêntico a y . É argumentável que tal princípio não se segue de acordo com certas interpretações em Mecânica Quântica, onde partículas (e.g., elétrons) em certos estados (como em superposições) não preservam a identidade. Ver French & Krause (2006, Cap. 3-4) e Krause & Arenhart (2015).

Por outro lado, a subdeterminação também trará problemas para a tese (3). A relação de *suporte apropriado com o mundo* perderá o sentido inicial, uma vez que ao não termos um acesso *neutro* à realidade, não podemos *saber* se lidamos ou não com um conceito apropriado. Portanto, se conceitos têm ou não tal relação apropriada com o mundo, isso se dará por conta de características metafísicas inacessíveis. Aparentemente, para Bueno manter (1), (2) e (3) ele terá de assumir um realismo por demais *caro* para quem pretende seguir uma *empreitada empirista*.

3. Conclusão

A posição de Bueno parte de intuições aparentemente razoáveis, sedimentadas na tradição filosófica — que advoga um papel fundamental para a identidade. Por outro lado, após uma análise mais cuidadosa encontramos dificuldades latentes à sua posição. Se as objeções que aqui propus *acertam o alvo*, então parece que Bueno não garante sua tese principal, *i.e.*, que a identidade é fundamental para sistemas conceituais.

Bibliografia

- Bueno, O. (2014), “Why Identity Is Fundamental”, *American Philosophical Quarterly* 51(4): 325-332.
- Bueno, O. (2017), “Identity in Physics and Elsewhere”, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 2(1): 93-105.
- Enderton, H. B. (1977), *Elements of Set Theory*, New York: Academic Press.
- Fitting, M. (2015), “Intensional Logic”, in Zalta, E. N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2015 Edition). URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/logic-intensional/>.
- French, S. and D. Krause (2006), *Identity in Physics: A Historical, Philosophical and Formal Analysis*, Oxford: Oxford University Press.
- Jacob, P. (2014), “Intentionality”, in Zalta, E. N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2014 Edition). URL = <http://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/intentionality/>.
- Krause, D. and J. R. B. Arenhart (2015), “Is Identity Really so Fundamental?” (no prelo).
- Margolis, E. and S. Laurence (2014), “Concepts”, in Zalta, E. N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2014 Edition). URL = <https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/concepts/>.
- Putnam, H. (1975), “The Meaning of ‘Meaning’”, in Putnam, H., *Philosophical Papers, vol. 2: Mind, Language, and Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 215-271.
- Suppes, P. (1972), *Axiomatic Set Theory*, New York: Dover Publications.
- “System” (2015), in *Word Central: Merriam-Webster’s Student’s Electronic Dictionary*, New York: Merriam-Webster. Acessível em: <http://www.flip.pt/FLiP-On-line/Gramatica/Sinais-de-pontuacao>.
- Teixeira, C. (2003), “Estão Os Significados Na Cabeça?”, *Crítica Na Rede*, acessível em: http://criticanarede.com/fil_putnamsearle.html.